

## EDITORIAL

**Caro Leitor,**

Chegamos à nossa última edição de 2020, ainda vivenciando um momento atípico, com a pandemia da Covid-19. Esse ano ficará marcado na vida de todos, pois as transformações sociais e econômicas são significantes, e seus efeitos perdurarão por um longo período.

Nesse contexto, os desafios advindos dessa nova realidade intensificam-se na vida pessoal e profissional de todos, e deve induzir os pesquisadores a pensarem em novas perspectivas de investigações, já que as consequências nas áreas contábil e atuarial com certeza já necessitam serem estudadas e compreendidas.

A Revista Evidenciação Contábil & Finanças reafirma seu compromisso com todos os autores, avaliadores e leitores, de continuar fazendo um trabalho comprometido com qualidade e seriedade no âmbito da pesquisa contábil e atuarial, com vistas ao crescimento e melhoria contínua dessas áreas de conhecimento.

Desejamos a todos um próspero 2021, repleto de realizações pessoais e profissionais.

### APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

O artigo de abertura, denominado **“Reorganizações Societárias e Agressividade Tributária”**, dos autores Fábio Moraes da Costa e Radjalma Lucena Amorim Júnior teve como objetivo verificar se as empresas que realizaram reorganizações societárias, no período de 2005 a 2017, apresentam maior nível de agressividade fiscal, tanto em relação às empresas incorporadas quanto em relação aos efeitos da incorporação nas empresas incorporadoras. Com base nos dados e modelos estimados é possível suspeitar que a agressividade fiscal tenha influência na decisão de

se incorporar uma companhia, e que também pode ser estratégia de um propenso alvo de incorporação aumentar seu nível de agressividade fiscal para que isso seja mais um atrativo ao fechamento do negócio.

Os autores César Leonardo dos Santos, Vagner Horz, Anderson Betti Frare, Alexandre Costa Quintana e Rodrigo Nobre Fernandez, no artigo intitulado **“Evidências de Ciclos Políticos no Senado Federal”** analisaram se há diferenças significativas nos gastos públicos dos Senadores entre o primeiro e último ano de mandato, utilizando a Teoria dos Ciclos Políticos como elemento para verificar a influência do Mandato Eleitoral sobre os Gastos Públicos. O estudo conclui que, de maneira geral, a maior parte dos gastos públicos analisados não demonstra diferença significativa em relação ao mandato em que os senadores estão exercendo.

No artigo **“Subvenção e Assistência Governamentais: Um Estudo nas Empresas do Subsetor de Energia Elétrica Listadas na B3”**, as autoras Mariza Camila de Miranda, Rosângela Queiroz Souza Valdevino e Adriana Martins de Oliveira examinaram a influência da Subvenção e Assistência Governamentais nas variáveis financeiras das empresas do subsetor de energia elétrica listadas na B3, nos anos de 2015 e 2016. A partir da análise dos dados, pode-se inferir que há uma relação significativa entre a rentabilidade das empresas e o recebimento de subvenção e assistência governamentais, pois os resultados referentes ao patrimônio líquido, principalmente em 2016, sugerem que empresas que recebem subvenção e assistência governamentais tendem a ser empresas mais rentáveis.

Em **“Nível de Evidenciação das Empresas Potencialmente Poluidoras à Luz do CPC 25”**, dos autores Victor Sandeje Dantas Alves e Thaiseany de Freitas Rêgo, o objetivo consistiu em verificar qual a relação entre a evidenciação das provisões e passivos contingentes com o endividamento das empresas potencialmente poluidoras, antes e após o Pronunciamento Técnico CPC 25. Os achados demonstram que as empresas pesquisadas ampliaram a divulgação de itens relacionados às provisões e passivos contingentes, embora não cumpram todas as exigências da norma. Constatou-se que em função da falta de informações detalhadas sobre as provisões e passivos contingentes, especificamente de natureza ambiental, não há elementos que garantam

que houve diferença estatística entre o que se divulgava antes e após o Pronunciamento Técnico CPC 25.

O trabalho **“Efeitos da Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre a Distribuição de Resultados em Operadoras de Planos De Saúde”**, de autoria de Ewerton Alex Avelar, Adriana Saraiva Souza, Caroline Garonce Ferreira, Sabrina Amélia de Lima e Silva e Antônio Artur de Souza teve como objetivo analisar os efeitos da regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre a distribuição de resultados em operadoras de planos de saúde (OPS) das modalidades de cooperativa médica (COM) e medicina de grupo (MDG). Constatou-se que as MDG distribuíram maior porção média de seus resultados em relação às COM. Ambos os modelos estimados apresentaram alto poder explicativo, indicando uma adequabilidade das variáveis tradicionais para a explicação do fenômeno. Em relação às variáveis de regulação, observou-se que a região de atuação das OPS foi a principal variável determinante na distribuição de resultados.

Em **“Value Relevance do Cash Flow Return on Investment no Mercado Acionário Brasileiro”**, dos autores Arlindo Nonato Moraes de Souza, José Mauro Madeiros Velôso Soares, Adilson de Lima Tavares, Anderson Luiz Rezende Mól e Atelmo Ferreira de Oliveira, objetivou-se verificar a associação entre o *Cash Flow Return On Investment* e o valor de mercado das firmas brasileiras listadas na B3, bem como os seus respectivos retornos acionários anuais, no período de 2010 a 2018. Os resultados indicam, a partir da análise econométrica, que o retorno do fluxo de caixa sobre o investimento (CFROI) está associado de forma positiva e significativa com o valor de mercado das empresas pesquisadas, bem como seus retornos, contínuo e anormal, indo ao encontro da teoria apresentada, evidenciando que o valor de mercado das empresas absorveu as informações dos retornos dos ativos pelo fluxo de caixa.

Os autores Antônio André Cunha Callado, Aldo Leonardo Cunha Callado e Emanuel Truta do Bomfim, no trabalho denominado **“Target Costing in Micro and Small Companies from the Information Technology (IT) Sector”**, investigaram a utilização de aspectos relativos ao custeio-alvo entre micro e pequenas empresas do setor de TI. Os resultados apresentam evidências da relevância do ambiente de negócios quanto à intensidade de uso dos aspectos dos princípios do custeio-alvo, o

papel do ambiente de negócios quanto à utilização dos aspectos dos princípios do custeio-alvo entre as empresas investigadas, e presença de comportamento isomórfico entre essas empresas.

No último artigo da edição, denominado **“A Influência da Governança Corporativa e do Auditor na Divulgação sobre Risco”**, de autoria das portuguesas Sara Serra e Kátia Lemos, o objetivo foi analisar a relação existente entre a divulgação de informação sobre riscos e os mecanismos de governança corporativa e o auditor externo. Através de uma pesquisa teórica, as autoras concluem que determinadas características associadas ao conselho de administração, a estrutura de propriedade e a existência de um comitê de gestão de risco autônomo influenciam positivamente a quantidade e qualidade da informação divulgada. Quanto ao auditor externo, salientam que o valor dos honorários recebidos pelo auditor, o tipo de empresa de auditoria a que se encontra associado, a dimensão da sua carteira de clientes e a composição da comissão de auditoria se encontram associados ao nível e qualidade da divulgação sobre riscos.

**Boa leitura a todos!**

**ADRIANA FERNANDES DE VASCONCELOS**  
**Editora Geral**

**ANNA PAOLA FERNANDES FREI**  
**Editora Adjunta**

**KARLA KATIÚSCIA NÓBREGA DE ALMEIDA**  
**Editora Adjunta**

**LIDIANE NAZARÉ DA SILVA DIAS**  
**Editora Adjunta**

**MARCO AURÉLIO DOS SANTOS**  
**Editor Adjunto**

**VAGNER ANTONIO MARQUES**  
**Editor Adjunto**